



DIÁRIO OFICIAL

D O D I S T R I T O F E D E R A L

ANO XLIV EDIÇÃO Nº 189

BRASÍLIA – DF, QUARTA-FEIRA, 30 DE SETEMBRO DE 2015

PREÇO R\$ 3,00

AVISO: Esta Edição será acompanhada de Suplemento.

ANEXO AO ATO DA MESA DIRETORA Nº 92 DE 2015.

DISTRITO FEDERAL - PODER LEGISLATIVO
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
(Setembro de 2014 a Agosto de 2015)

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I alínea "a") R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)		TOTALS
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	
(I) DESPESA BRUTA COM PESSOAL	343.535.195,98	569.992,88	344.105.188,86
Pessoal Ativo	300.690.479,39	569.992,88	301.260.472,27
Pessoal Inativo e Pensionistas	42.844.716,59	-	42.844.716,59
Outras despesas de pessoal decorrentes de terceirização (art. 18, §1º, LRF)	-	-	-
(II) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, §1º da LRF)	64.430.066,41	428.145,72	64.858.212,13
Pessoal Inativo e Pensionistas - fonte 100/206/433/454 (art. 22, inc. III da LRF)	22.697.056,47	-	22.697.056,47
Pessoal Inativo e Pensionistas - fonte 254 (art. 19, Inc. VI da LRF)	20.147.660,12	-	20.147.660,12
Decorrentes de Decisão Judicial	164.193,12	-	164.193,12
Despesas de Exercícios Anteriores - Ativo	579.808,30	-	579.808,30
Despesas de Exercícios Anteriores - Inativo e Pensionistas - fonte 206	-	-	-
Licença Prêmio em Pecúnia (Ato da Mesa Diretora 111/2007)	6.234.577,38	-	6.234.577,38
Abono Permanência (Decisão 67/2007-TCDF)	2.810.267,01	-	2.810.267,01
Abono Pecuniário (Decisão 18/2003-TCDF)	6.519.706,02	-	6.519.706,02
Ajuda de Custo dos Parlamentares (Ato da Mesa Diretora 111/2007)	-	-	-
Indenizações e Resoluções de Pessoal	391.167,53	-	391.167,53
Indenização por Exoneração e Demissão (Parecer nº 7/2011-PG-CLDF)	4.885.630,46	-	4.885.630,46
Restos a Pagar Não Processados cancelados	-	428.145,72	428.145,72
(III) DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL = (I) - (II)	279.105.129,57	141.847,16	279.246.976,73
(IV) DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (III a) + (III b)	-	-	279.246.976,73

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
(V) RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	18.291.933.023,84
(VI) % da Despesa Total com Pessoal sobre a RCL (VI/V)*100	1,53%
LIMITE MÁXIMO (Art. 20, II, "a" da LRF / Decisão 4056/2009-TCDF)	1,70%
LIMITE DE ALERTA (art. 59, §1º, II da LRF = 90%)	1,53%
LIMITE PRUDENCIAL (Parágrafo único do art. 22 da LRF = 95%)	1,62%

Fonte: SIGGO / Secretaria de Estado de Fazenda do DF
Elaborado pelo Setor de Contabilidade da CLDF
* RCL: Utilizados os dados de Receita Corrente Líquida disponibilizados pelo GDF.
Notas Explicativas:
1. Este demonstrativo foi elaborado conforme o Manual Técnico de Demonstrativos Fiscais/STN (6º ed.).
2. A partir do exercício de 2009 os valores das despesas com pessoal inativo e pensionistas passaram a ser contabilizados pelo IPREV, e foram apurados utilizando as informações repassadas pelo Instituto, inclusive os valores referentes à fonte vinculada 254, correspondendo aos depósitos efetuados na conta do IPREV, conforme o disposto na Lei complementar Distrital nº 769/2008.
3. As fontes 206 e 254, a partir do exercício de 2009, substituíram as fontes 106 e 154.
4. A partir do exercício de 2010 as férias indenizadas passaram a ser deduzidas neste demonstrativo, conf. Parecer nº 7/2011-PG-CLDF.
5. A partir do mês de junho de 2014, os pagamentos efetuados a título de acordo judicial, anteriormente registrados na conta 31901101 - VENCIMENTOS, passaram a ser registrados na classificação orçamentária 31909101 - ACORDO TRABALHISTA/JUDICIAL, sendo que os valores referentes aos meses de janeiro a maio de 2014 foram considerados na dedução decorrente de decisão judicial.

SUMÁRIO	SEÇÃO I PÁG.	SEÇÃO II PÁG.	SEÇÃO III PÁG.
Atos do Poder Legislativo.....	1		56
Atos do Poder Executivo	1	37	
Casa Civil.....		38	
Secretaria de Estado de Relações Institucionais e Sociais.....		38	
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão.....	2		
Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização.....	4	38	56
Secretaria de Estado de Fazenda.....	5	39	56
Secretaria de Estado de Saúde.....	30	39	57
Secretaria de Estado de Educação.....		45	58
Secretaria de Estado de Mobilidade.....	31	45	58
Secretaria de Estado de Economia e Desenvolvimento Sustentável.....	33	46	59
Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.....		46	59
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação... Secretaria de Estado de Segurança Pública e da Paz Social.....	33	47	62
Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos... Secretaria de Estado do Território e Habitação... Secretaria de Estado do Meio Ambiente.....	34	51	64
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano e Social.....	35	53	64
Secretaria de Estado de Políticas para as Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos.....		54	66
Secretaria de Estado do Esporte e Lazer.....	36	54	
Secretaria de Estado de Cultura.....		55	
Procuradoria Geral do Distrito Federal.....		55	
Controladoria Geral do Distrito Federal.....	36		
Defensoria Pública do Distrito Federal.....		55	
Tribunal de Contas do Distrito Federal.....	36		66
Ineditoriais			66

SEÇÃO I

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

ATO DA MESA DIRETORA Nº 92 DE 2015.

A Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal no uso de suas atribuições regimentais, especialmente a contida no Art. 39 de Regimento Interno, e à vista do contido no processo nº 001-001.020/2015, os dados de Receita Corrente Líquida disponibilizados pelo GDF e em cumprimento do disposto no art. 54, combinado com o art. 55, parágrafo II da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. RESOLVE:

Art. 1º Aprovar e tornar público o RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL, referente ao 2º quadrimestre de 2015, conforme anexo;

Art. 2º Este ato entra em vigor a partir de sua publicação;

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília/DF, 24 de setembro de 2015.

Deputada CELINA LEÃO, Presidente. Deputada LILIANE RORIZ, Vice-Presidente.

Deputado RAIMUNDO RIBEIRO, Primeiro Secretário. Deputado JULIO CESAR, Segundo Secretário. Deputado BISPO RENATO ANDRADE, Terceiro Secretário.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 36.777, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a suspensão da realização de novos concursos públicos, em função dos limites impostos pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições, que lhe confere o artigo 100, incisos VII, X e XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com os artigos 22, parágrafo único, inc. IV, e art. 23, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, e da Lei nº 4.949, de 15 de novembro de 2013, DECRETA:

Art. 1º Fica suspensa a realização de novos concursos públicos, no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional, bem como das Empresas Públicas custeadas com recursos do Tesouro Distrital.

Parágrafo único. Excetua-se do disposto no caput apenas para atender as áreas fins das Secretarias de Saúde, Educação e Segurança.

Art. 2º Aplicam-se as disposições deste decreto enquanto as despesas com pessoal estiverem nos limites estabelecidos pelos artigos 22, parágrafo único, inc. IV, e art. 23, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.